

14º Congresso Nacional de

MEIO AMBIENTE

Poços de Caldas

26 a 29 SET 2017

www.meioambientepocos.com.br

**POCOS DE ÁGUAS
TERMAIS E MINERAIS**

2º Simpósio de Águas Termais,
Minerais e Naturais de Poços de Caldas

EIXO TEMÁTICO : AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO AGRÍCOLA SUSTENTÁVEL
FORMA DE APRESENTAÇÃO:RELATO DE PESQUISA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E ORGÂNICA

Maria do Carmo Lima Batista¹

Viviane de Cássia Carvalho²

Gleidson Juliacci Patto³

Laura Ferreira de Rezende Franco⁴

Luciel Henrique de Oliveira⁵

Resumo

A agricultura orgânica oferta alimentos nutritivos, saudáveis e sustentáveis, sendo uma alternativa rentável para pequenos produtores, sobretudo, os familiares. Através de uma revisão sistemática de literatura, objetivou-se analisar os impactos das políticas públicas brasileiras na agricultura orgânica e familiar. Os resultados destacam a necessidade e a dependência de políticas públicas para o pequeno produtor, a falta de efetividade das políticas existentes e a necessidade de mais estudos sobre a influência das políticas públicas na qualidade de vida e como ferramenta de inserção social.

Palavras Chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar e Orgânica; Sustentabilidade; Qualidade de Vida

INTRODUÇÃO

A preocupação com a invasão dos alimentos processados, com o sumiço dos ingredientes nutritivos e com a transferência da responsabilidade da escolha do alimento somente para o consumidor, tornou-se tônica dos questionamentos feitos por alguns autores que pensam nos caminhos difíceis, mas possíveis, para o enfrentamento da questão. Pollan (2007) e Moss (2015) refletem sobre os mecanismos que conduziram ao consumo em grande

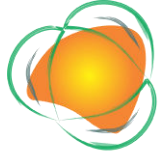
¹ Aluna do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE, São João da Boa Vista, SP. mcbatista@ig.com.br

² Aluna Especial do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE, São João da Boa Vista, SP. vivianecarvalho.minas@gmail.com

³ Aluno do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE, São João da Boa Vista, SP. gleidsonpatto@yahoo.com.br

⁴ Professora do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE, São João da Boa Vista, SP. laura@fae.br

⁵ Professor do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Ambiente e Sociedade, UNIFAE, São João da Boa Vista, SP. luciel@fae.br



escala dos alimentos processados e como a própria indústria se tornou refém dos manejos criados por ela, tais como propaganda, altos ganhos financeiros, dentre outros. Soma-se a essa perspectiva a postura dos governos que, segundo esses mesmos autores, estabelecem parcerias com as grandes indústrias que não só dificultam a descoberta de uma saída, mas promovem acordos que inviabilizam a mesma, seja pela omissão na fiscalização, seja pela promoção de políticas que privilegiam a produção e o barateamento desse tipo alimento, tornando-o mais do que viável, quase indispensável.

Nesse contexto, o presente estudo aborda a problemática da agricultura familiar e orgânica face às políticas públicas. Entende-se que o poder público só terá uma ação efetiva quando se dispuser a entender, analisar e promover ações que de fato favoreçam a agricultura familiar e a produção de orgânicos em sua totalidade (Meynard e Girardin, 1994).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura que utilizou como base de dados o portal de periódicos CAPES/MEC, e Google Acadêmico. Foram considerados como critérios de inclusão os artigos (i) publicados entre 2010 e 2016 para os artigos encontrados no portal de periódicos CAPES/MEC e sem restrições para os artigos encontrados no Google Acadêmico. (ii) trabalhos publicados nas línguas portuguesa e inglesa.

Foi definido como critério de exclusão (i) artigos que atenderam aos descritores, mas não possuíam relação com os objetivos do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

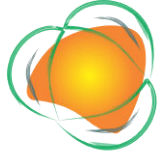
A pesquisa nas bases de dados encontrou um total de 143 artigos, considerando os critérios de inclusão e exclusão, 124 artigos foram excluídos e 19 artigos foram analisados nesta pesquisa.

Os trabalhos apontam a agricultura orgânica como uma alternativa rentável para pequenos produtores e principalmente para a agricultura familiar. (Campanhola e Valarini 2001). Há consenso entre autores (Azevedo, Schmidt e Karam, 2011; Pessoa e Alchieri, 2014) que tal modalidade depende de políticas públicas para que possa competir com a agricultura convencional, porém, destacam que as políticas públicas para serem realmente efetivas devem considerar o contexto econômico e social dos produtores, e atenderem as suas reais necessidades.

A certificação que, segundo a legislação, é obrigatória aos produtores orgânicos, não é apontada como eficiente nos artigos analisados. Os resultados mostram que uma pequena parte dos produtores são certificados e, de maneira geral, essa parcela é representada pelos produtores com maior nível de tecnologia e produtividade. (Pinto et. al 2014)

O crédito agrícola é outro ponto deficiente. O modelo praticado é baseado na agricultura convencional, ou seja, financia a compra de insumos e o custeio da produção, não atendendo às necessidades da agricultura orgânica e familiar. Nesse mesmo cenário, encontra-se ainda a questão dos preços. Os consumidores são mais sensíveis aos preços dos orgânicos que dos alimentos convencionais, sendo assim, políticas públicas que atuem nos preços e nas vendas são apontadas como potencialmente eficazes e necessárias para o desenvolvimento do setor.

Considerando a legislação, foi encontrada menção à Política Nacional de Agroecologia e Produção (PNAPO) e ao Plano Nacional de Agroecologia e Produção



Orgânica (PLANAPO), porém nenhum autor discutiu a eficácia e o impacto de ambos na sociedade ou mesmo nos produtores.

A legislação que mais se destaca é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao definir que, no mínimo, 30 % dos alimentos destinados à alimentação escolar devem ser provenientes da agricultura familiar e preferencialmente orgânica. Porém, Saraiva et al (2013) apontam que tal programa não funciona como deveria e propõem que uma das justificativas seria a incapacidade do fornecimento regular por parte dos produtores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos analisados permitem concluir que as políticas públicas efetivas são ótimas ferramentas para a inclusão social, podendo trazer melhorias para o trabalho e a qualidade de vida dos agricultores orgânicos e familiares, todavia, isso não ocorre no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, E. D.; SCHMIDT, W.; KARAM, K. F. Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida. Um estudo de caso em Santa Rosa de Lima, SC, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 81-106, 2011.
- CAMPANHOLA, C.; VALARINI, P. J. A Agricultura Orgânica e seu Potencial para o Pequeno Agricultor. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, 2001.
- MEYNARD, J. M.; GERARDIN, P. R. Produzir de outro modo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.24, n. especial, p.199-229, 1994.
- MOSS, M. **Sal, açúcar, gordura: como a indústria alimentícia nos físgou**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PESSOA, Y. S. R. Q.; ALCHIERI, J. C. Qualidade de Vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, 2014. 330-343.
- PINTO, L. F. G.; GARDNER, T.; MCDERMOTT, C. L.; AYRUB, K. O. L. Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network–rainforest alliance certified coffee producers in Brazil. **Ecologicaeconomics**, 2014. 59-64.
- POLLAN, M. **O Dilema do Onívoro – Uma história natural de quatro refeições**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.
- SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F. da; SOUZA, A. A. de; CERQUEIRA, G. F. ; CHAGAS, C. M. dos S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e Saúde Coletiva**, 2013. 927-936.